



O SAGRADO: A ESCOLA E A EDUCAÇÃO PACIFICADORA

Rosana Maria dos Anjos¹

Solange dos Santos Melo²

Waleska Karoliny Farias de Lima³

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação, a escola tem por missão conduzir o aprendiz à verdade, à luz da sabedoria. Desde os antigos gregos, o ser humano já buscava o conhecimento de si e do outro. As civilizações, ao longo dos séculos e dentro de suas culturas, enxergavam o divino como sagrado e essencial e, por isso, seus ritos e cultos eram passados de pais para filhos, tornando a fé parte crucial da vida e espiritualidade.

O sagrado teve (e tem) participação na construção do mundo civilizado, no mundo romano e suas leis, na ética cristã e na construção do Ocidente e a história, por sua vez, registra e descreve esse envolvimento intrínseco.

No Brasil, antes mesmo da colonização, os povos que aqui viviam tinham seus ritos, deuses e crenças. O divino é o marco para a base dessas sociedades, tendo essa importância até os dias de hoje. Do culto ao divino surgem as religiões que, com diversas manifestações e tradições, se espalharam pelo mundo.

Dentro dessa construção, as manifestações religiosas ficaram por muito tempo integradas à educação e ao modo de educar no Brasil, vinculadas à cultura dos povos; pois aqui a educação escolar no país teve início com os jesuítas – padres enviados à América para catequizar os povos nativos e frear os avanços dos cristãos-protestantes.

¹ Pedagoga. Professora na rede Municipal de Ensino de Nova Olímpia, MT. rosana.anjos@edu.mt.gov.br.

² Pedagoga. Professora na rede Municipal de Ensino de Nova Olímpia, MT. sol_mel13@hotmail.com.

³ Pedagoga. Professora na rede Municipal de Ensino de Nova Olímpia, MT. walleskakarolyne.94@gmail.com.



Com a separação da Igreja e Estado, surgiram no âmbito educacional várias questões referentes às abordagens em sala de aula e à condução das aulas de Ensino Religioso (ER).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Sendo historicamente um processo longo, de várias mudanças metodológicas, esse componente curricular da educação básica, além de gerar conflitos e vários questionamentos, motiva importantes reflexões acerca de sua existência em sala de aula e de sua importância na formação integral do aluno. A esse respeito, Cecchetti (2015, p.6) afirma:

O ER contribui para o estudo da diversidade cultural religiosa desde uma perspectiva intercultural, aporte epistemológico que procura romper com assimetrias de poder e superar hierarquias entre culturas e religiões, concedendo voz e vez a saberes e conhecimentos historicamente menosprezados e sistematicamente inferiorizados pela cultura escolar.

Cecchetti instiga-nos a refletir sobre as possibilidades do ER. O autor provoca o professor a deixar de lado concepções do componente curricular, decorrentes muitas vezes de experiências passadas em sua formação como aluno ou como docente durante a academia. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) descreve orientações para a mediação das aulas, enfatizando que o proceder dessas aulas seja transversal e flua com cultura de paz e diálogos provocativos à pesquisa.

No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e resignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. (BRASIL, 2018, p. 436).

A BNCC, como documento normativo, traz esse novo olhar para o ER, como um eixo construtor no interior da interdisciplinaridade escolar. Atesta também que cabe à comunidade escolar adaptar o componente curricular às



práticas da sua instituição.

Entretanto, mesmo com as normativas da BNCC, ainda persiste a insegurança de professores quanto à ministração das aulas de ER. Parte dessa insegurança surge da falta de diálogo com outros textos normativos, como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que descreve as abordagens desse componente curricular. Ademais, há um certo pré-conceito que causa resistência de professores em incluírem em seus planejamentos aulas de ER.

Sabendo que o ER é tão rico e necessário quanto qualquer outro componente curricular, realçamos pontos relevantes para uma discussão objetiva que contribua para uma prática ética e que dê ao docente segurança para ministrar suas aulas.

Nesse sentido, para planejar aulas que tenham intencionalidade e sem nenhum proselitismo, é preciso adotar uma prática contextualizada no planejamento, considerando que mesmo os professores mais experientes sentem dificuldade para planejar essas aulas para os alunos do século XXI. Afinal, nos últimos trinta anos, a educação brasileira passou por várias mudanças e reconhecer o protagonismo do aluno, como é evidenciado e exigido atualmente, causa insegurança nos professores.

Com essa realidade nas escolas, deve haver um olhar atencioso por parte dos órgãos gestores e dos dirigentes escolares para capacitar os professores, compor grupos de leituras e de trocas de experiência exitosas entre escolas, municípios e estados, visando fornecer aos docentes meios para que se sintam confiantes em realizar seus planejamentos e aulas.

A análise da BNCC, seja de forma ampla ou minuciosa, nas formações realizadas nas escolas, também é uma experiência rica que contribui para o planejamento do ER, cabendo salientar que o documento traz recomendações valiosas para a prática interdisciplinar do referido componente curricular (CECCHETTI, 2015).

Na educação básica, a presença do ER em perspectiva intercultural pode contribuir para o enfrentamento e superação da intolerância e da discriminação



cultural e religiosa, assim como em relação a outras diferenças muitas vezes utilizadas para justificar concepções e práticas discriminatórias em relação ao Outro.

Esses são, portanto, meios para que sejam assegurados, ao professor, recursos para a preparação e planejamento das aulas de ER. Professores confiantes e cientes de práticas integradoras conseguirão oportunizar aos seus alunos os direitos de aprendizagem que a BNCC menciona.

Dentro dessa construção de saber, o aluno é muito mais que alvo, é agente formador. O professor, como mediador, deve focar na oportunidade, possibilitar ao discente a reflexão crítica. Afinal, qual o papel da educação senão formar cidadão com voz para as futuras gerações? É em nossas salas de aula que estão os futuros políticos, médicos, professores, encanadores, pais e eleitores deste país.

CONSIDERAÇÕES

Discutir o ER é uma pauta riquíssima, pois nossos alunos têm direito ao sagrado em sua cultura e ancestralidade, em sua individualidade e coletividade. Nossos alunos estão imersos em um de várias pautas interculturais, que são extremamente ligadas ao valor humano, e a perda em não usar esse rico recurso em nossa escola é imensurável, pois são nas interações que se geram conexões. E como se poderá combater intolerância e violência sem mediadores e pacificadores em nossa sociedade? Dentro da escola também se deve aprender habilidades emocionais relacionadas ao outro.

Considerando que o ser humano é repleto de divergências, que educação seria essa que gera cópias humanas que pensam do mesmo modo? Valorizar as diferenças e tornar o convívio pacífico desde a mais tenra idade escolar é semear valores que jamais serão esquecidos por nossos alunos. Qual aluno, depois de ouvir a história do Patinho Feio, seria capaz de praticar *bullying* com o colega que tem alguma diferença? É por meio dessas práticas, com temas integradores, que se faz a mediação e o “tocar o Outro”, ensinando empatia e



tolerância. Essas são provocações que assinalam a importância da discussão, na educação, sobre componentes curriculares que têm intenção agregadora e que se comunicam entre si para o desenvolvimento pleno do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.

CECCHETTI, Élcio. **Parecer sobre o documento do Ensino Religioso**. 2015. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Elcio_Cecchetti.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2023.